



Artigo

JANGUIÊ DINIZ (*)

(*) É Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), secretário-executivo do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular, fundador, controlador e presidente do conselho de administração do grupo Ser Educacional, presidente do Instituto Êxito de Empreendedorismo, da JD Business Academy e da Mentor Capital Group

Desenrola Fies: uma segunda chance para quem acredita na educação

Poucos dias depois de sancionar o novo Plano Nacional de Educação (PNE) com metas mais ambiciosas para a educação superior do que o documento anterior, o governo federal acertou em cheio em outra decisão estratégica para o futuro do país: a inclusão dos inadimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) na nova edição do programa de renegociação de dívidas, o Desenrola 2.0. Trata-se de uma decisão acertada tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Ao ampliar os mecanismos de renegociação de dívidas para alcançar estudantes que recorreram ao crédito educacional, a Medida Provisória nº 1.355/2026 reconhece uma realidade muitas vezes negligenciada: a de milhares de brasileiros que apostaram na educação superior como principal via de transformação de suas trajetórias de vida, mas que hoje enfrentam dificuldades concretas para honrar seus compromissos financeiros.

Ao conceder às dívidas de financiamento estudantil condições especiais de renegociação dispensadas a outros débitos, o poder público demonstrou valorizar o papel estratégico da educação na redução das desigualdades econômicas impostas aos brasileiros. Afinal, não se trata apenas de aliviar passivos acumulados, mas de oferecer uma segunda chance a jovens que, em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda e que enxergam no diploma de graduação a possibilidade real de romper ciclos geracionais de pobreza.

Entre os benefícios da medida, está a previsão de descontos que podem chegar a até 99% do valor consolidado da dívida para estudantes inscritos no Cadastro Único e com débitos em atraso há mais de um ano. Ao reconhecer a vulnerabilidade desse público, a política pública avança no sentido de alinhar o desenho do programa às

reais condições de pagamento de seus usuários, evitando que o financiamento educacional, concebido como mecanismo de acesso, se transforme em um fator de exclusão futura.

Esse aspecto é ainda mais significativo quando se considera que uma parcela expressiva dos estudantes que recorrem ao Fies, na prática, integra o público-alvo do Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferta bolsas de 100% e 50% das mensalidades. Contudo, o limite de vagas e os critérios rigorosos de elegibilidade fazem com que muitos estudantes de baixa renda não consigam acessar o programa, e o Fies acaba sendo a alternativa possível.

Essa dinâmica revela um ponto central do debate sobre políticas públicas educacionais no Brasil: a necessidade de articulação e complementaridade entre os diferentes instrumentos de acesso. Em um sistema no qual 80% das matrículas estão concentradas em instituições privadas, políticas como o Fies e o ProUni não são apenas desejáveis, mas absolutamente essenciais para garantir que estudantes de baixa renda possam acessar essas instituições.

Nesse sentido, a inclusão do Fies no Desenrola 2.0 deve ser interpretada como parte de uma política mais ampla de reequilíbrio social. Ao enfrentar o problema da inadimplência, o governo federal contribui para a sustentabilidade do programa e, ao mesmo tempo, resgata sua função original como instrumento de mobilidade social.

Além dos impactos estruturais, há também efeitos imediatos e transformadores na vida dos beneficiários. A possibilidade de renegociar dívidas com condições acessíveis permite que esses estudantes deixem para trás situações de inadimplência prolongada, muitas vezes associadas à negatивação do nome e à inscrição em cadastros

restritivos de crédito ou mesmo na dívida ativa da União. Ao superar essas barreiras, esses jovens passam a ter acesso a novas oportunidades, seja no mercado de trabalho, seja no sistema financeiro, podendo planejar com mais segurança seus próximos passos.

É importante reconhecer, ainda, que medidas dessa natureza produzem efeitos positivos que vão além do indivíduo. Ao permitir a reinserção de milhares de pessoas no circuito econômico formal, o programa contribui para a dinamização da economia, ampliando o consumo, estimulando o empreendedorismo e fortalecendo a arrecadação. Trata-se, portanto, de uma política pública que combina sensibilidade social com racionalidade econômica.

Por fim, a inclusão do Fies no Desenrola 2.0 acende a esperança de uma retomada estratégica da política que, em seu auge, foi responsável por transformar o perfil do ensino superior brasileiro. Para isso, o próximo passo consiste na reformulação do programa em si, com o estabelecimento de critérios e diretrizes que dialoguem com a realidade do público ao qual se destina, garantindo não apenas a assinatura dos contratos, mas também o seu encerramento dentro do que é esperado pelo poder público e pelos estudantes.

Ao apostar na renegociação das dívidas como caminho para reequilibrar o sistema e apoiar aqueles que mais precisam, o governo federal reafirma a centralidade da educação superior para um país mais justo e próspero. E, ao permitir que esses jovens iniciem ou retomem suas vidas adultas sem o peso de um endividamento insustentável, dá um passo importante na direção de um Brasil em que o acesso à educação não seja um privilégio, mas um direito efetivamente garantido a todo e qualquer cidadão brasileiro.

Editorial

Varejo com números positivos em Sergipe

O comércio varejista é a espinha dorsal da economia brasileira, agindo como elo final entre produção e consumidor, fundamental para o PIB e a geração de empregos. Em Sergipe, o setor registrou alta de 2,1% no volume de vendas no mês de março de 2026, em relação ao mês de fevereiro, resultado que o posiciona como o 8º estado brasileiro no ranking das maiores variações. As informações são da Pesquisa Mensal do Comércio, que foram divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última quarta-feira, dia 13/05.

No acumulado do ano (janeiro, fevereiro e março de 2026), Sergipe teve uma expansão de 4,3%, já nos últimos 12 meses, o crescimento foi de 2,8%. Na receita nominal do varejo, o estado alcançou uma variação positiva de 4,0% no mês de março em comparação a fevereiro. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 8,8%.

Os dados mostram um desempenho positivo do comércio varejista em Sergipe, com crescimento tanto na comparação mensal quanto em relação ao mesmo período do ano passado. Esse resultado reforça a recuperação gradual do setor, com avanço no acumulado do ano e sinais de maior dinamismo do consumo.

O cenário nacional do indicador do varejo em março de 2026 registrou um aumento de 0,5% na taxa média, Então, Sergipe figurou acima da média nacional.

O varejo não é apenas vendas; é um dos maiores empregadores do país, sustentando milhões de postos de trabalho formais. Mais do que comercializar, o setor viabiliza o acesso a bens essenciais e supérfluos, movimentando a economia anualmente. Daí, se comprova a sua importância!



COLUNA

Cícero Mendes

cmendes.aju@hotmail.com

Gastos com segurança cresceram 66%

Um estudo divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que os gastos das administrações municipais com segurança pública cresceram 66% na última década. Com isso, as despesas passaram de R\$ 7,5 bilhões, em 2016, para R\$ 12,4 bilhões, em 2025, aumento de cerca de R\$ 5 bilhões, impulsionado principalmente pelas guardas municipais e por ações relacionadas a desastres ambientais.

De acordo com o levantamento realizado pela entidade, esses números representam um crescimento quatro vezes e meia maior que o da União (12%), cujos gastos passaram de R\$ 13,2 bilhões para R\$ 14,8 bilhões, e três vezes mais intenso que o dos governos estaduais (25%), com alta de R\$ 114,3 bilhões, em 2016, para R\$ 143,29 bilhões, em 2025.

Segundo a CNM, em 2025, do total de R\$ 170 bilhões destinados à área, R\$ 12,4 bilhões (7%) foram executados pelas prefeituras, enquanto a União respondeu por R\$ 14,7 bilhões (9%) e os Estados e o Distrito Federal por R\$ 143,3 bilhões (84%).

A pesquisa ressalta ainda que o policiamento lidera a alta das despesas com segurança, com crescimento de R\$ 2,4 bilhões (68%) na última década, seguido pela defesa civil, que aumentou R\$ 400 milhões (47%). A criação e o fortalecimento de guardas municipais, a implementação de sistemas de monitoramento e a cooperação com forças estaduais e federais são destaques. De acordo com dados do IBGE de 2023, 1.322 municípios (24%) contam com guardas municipais, um aumento de 33% em relação a 2012.

“O crescimento dos gastos municipais com segurança ocorre em um contexto de municipalização dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que há um enfraquecimento da efetividade das políticas federal e estadual, revelando fragilidades no pacto federativo. Nesse cenário, os governos locais, por estarem mais próximos da população, acabam, por vezes, assumindo papéis que extrapolam suas competências constitucionais e sobrecarregam os caixas municipais”, afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

CORREIO DE SERGIPE

ajn^o
AGÊNCIA JORNAL DE NOTÍCIAS



João Alves Neto
Diretor-presidente

Claudia Lemos
Editora-chefe

Elisângela Brota
Diretora comercial

INDÚSTRIA GRÁFICA
TRIBUNA DE
ARACAJU LTDA

Rua Cláudio Batista, 334
Bairro Santo Antônio
CEP: 49.060-100, Aracaju – SE
CNPJ: 13.039.029/0001-29
sac@correiodesergipe.com.br
Tel: 79 3301 9911 – Ramal 3230
www.ajn1.com.br

AGÊNCIA JORNAL
DE NOTÍCIAS LTDA

Rua Cláudio Batista, 334
Bairro Santo Antônio
CEP: 49.060-100, Aracaju – SE
CNPJ: 32.884.819/0001-55
agenciajornaldenoticias1@gmail.com
Tel: 79 3301 9911 – Ramal 3230
www.ajn1.com.br

Representante Comercial Caderno Mercado e Comunicação Digital LTDA
CNPJ 36.174.328/0001-71

Edição e impressão: AJN1

Artigo

ELISON BOMFIM (*)

(*) É Presidente da CDL Aracaju

Em defesa de quem produz, emprega e vive em Aracaju

Escrevo este artigo não para criar polêmica, mas para propor uma reflexão honesta com a população de Aracaju. Na última terça-feira, 12 de maio de 2026, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.357/2026, que zerou o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50 — a chamada “taxa das blusinhas”. A CDL Aracaju, integrada ao Sistema CNDL, somou-se à Nota de Repúdio nacional. E quero explicar, com calma, por que essa decisão merece nossa atenção — e o que ela revela, talvez sem querer, sobre uma verdade que precisa ser dita.

Primeiro, um reconhecimento ao consumidor

Não há nada de errado em querer pagar menos. Eu também quero. Você também quer. Comprar barato é um direito legítimo, e ninguém aqui vai pregar o contrário. O comércio aracajuano não disputa com o consumidor — nós somos consumidores. E entendemos perfeitamente o impulso de clicar “comprar” quando aparece uma blusa de R\$ 30 na tela do celular.

Então deixe-me começar dizendo o óbvio: a CDL Aracaju não é contra o consumidor que quer economizar. Pelo contrário. Estamos do lado dele. E é justamente por isso que precisamos conversar.

A pergunta que a MP 1.357/2026 deixa no ar

Quando o Governo Federal decide que um produto estrangeiro de até US\$ 50 pode entrar no Brasil sem pagar Imposto de Importação, ele está dizendo, na prática, que é possível vender barato sem tributo nesse valor. E aí surge naturalmente uma pergunta que merece ser feita em voz alta: Se dá para zerar imposto para o produto que vem de fora, por que não dá para zerar também para o produto feito aqui?

Não é uma provocação. É uma pergunta de coerência. Porque a blusa fabricada em Aracaju, vendida em Aracaju, comprada em Aracaju — ela continua pagando uma das cargas tributárias mais altas do mundo. A mesma blusa, vinda do outro lado do planeta, passa a entrar sem imposto federal. E o resultado disso, no final do mês, aparece no preço da etiqueta.

O preço alto não é culpa do lojista
Por muito tempo, parte da sociedade foi levada a acreditar que o comerciante bra-

sileiro cobra caro porque quer. Não é verdade — e a própria MP 1.357/2026 acabou de provar isso. Quando se retira o imposto, o produto fica mais barato. Imediatamente.

O lojista de Aracaju quer vender mais barato. Quer competir. Quer atender no WhatsApp, parcelar sem juros, entregar no mesmo dia. Mas ele carrega nas costas ICMS, ISS, PIS, Cofins, encargos trabalhistas, aluguel, energia, alvará — uma lista que a plataforma chinesa simplesmente não tem no Brasil.

O preço alto, portanto, nunca foi um problema entre você e o comerciante. Foi sempre uma equação entre o Estado e quem produz. E é por isso que essa conversa não deve transformar o lojista em vilão. O lojista é, junto com o consumidor, refém da mesma estrutura tributária.

A proposta que faz sentido para todos
Se entendemos que produtos até US\$ 50 podem circular sem Imposto de Importação para incentivar o consumo, então o passo natural — justo, coerente e patriótico — seria estender essa mesma lógica para quem produz dentro do Brasil. Especialmente para o pequeno comerciante, o microempreendedor individual, a costureira que tem dois funcionários, a loja de família que sustenta três gerações.

Isso é isonomia tributária de verdade. Não é privilégio para o empresário. É igualdade de regras para quem disputa o mesmo cliente. E o grande beneficiado dessa igualdade seria justamente o consumidor brasileiro, que passaria a encontrar preços competitivos sem precisar esperar 40 dias por uma encomenda internacional, sem risco de devolução complicada, sem barreira de idioma, com produto que pode ser trocado na loja da esquina.

Imagine o impacto disso em Aracaju. A loja da Rua João Pessoa vendendo no preço da plataforma estrangeira. A confecção da Atalaia competindo de igual para igual. O empreendedor da feirinha do Bugio com fôlego para crescer. Esse Brasil é possível — basta que a regra valga para os dois lados.

Onde está o dinheiro que você gasta
Vale a pena pensar também no caminho do dinheiro. Quando você compra R\$ 100 numa loja de Aracaju, esse valor vira salário de um sergipano, que alça um res-

taurante sergipano, que paga aluguel em Sergipe, que abastece o carro em Sergipe. Esse mesmo R\$ 100, gasto numa plataforma internacional, sai do estado e não volta. Não gera ICMS aqui, não gera ISS aqui, não emprega ninguém aqui.

Isso não é culpa de quem compra. É consequência natural do caminho que o dinheiro percorre. E é por isso que faz sentido, ao consumidor consciente, considerar essa equação na hora da escolha — não por dever cívico, mas por interesse próprio. Uma cidade com comércio forte é uma cidade com mais emprego, mais movimento, mais oportunidade para todos os que vivem nela.

Um pedido aos parlamentares de Sergipe
A MP 1.357/2026 precisa ser analisada pelo Congresso Nacional em até 120 dias. Convoco os deputados federais e senadores de Sergipe a refletirem sobre essa equação e a defenderem, dentro do Congresso, a equivalência de tratamento tributário para o comerciante brasileiro nas vendas de pequeno valor. Não como favor ao empresário, mas como justiça ao trabalhador, ao consumidor e à cidade que os abriga.

Essa é uma pauta que une, não divide. Une o consumidor que quer pagar menos. Une o lojista que quer competir. Une o trabalhador que quer manter o emprego. Une o gestor público que precisa de arrecadação local. Une todo mundo que entende que economia saudável depende de regras iguais.

Para encerrar, um convite ao bom senso
Não estou pedindo para você deixar de comprar fora. Estou pedindo para você pensar comigo: se o Governo Federal entende que é possível vender sem imposto até US\$ 50, então essa possibilidade precisa existir também para quem produz aqui, emprega aqui e paga seus impostos aqui. Esse é o debate. Esse é o caminho. E essa é a bandeira que a CDL Aracaju vai defender — com firmeza, mas com a serenidade de quem sabe que está propondo algo justo: a mesma regra para todos.

Aracaju é feita de gente que acorda cedo, abre as portas do comércio, gera emprego e movimentação na cidade. Defender quem produz aqui não é proteger uma classe — é proteger o lugar onde todos nós vivemos.

‘AA+(bra)’ Estável

Banese tem nota nacional de longo prazo afirmada pela Fitch Ratings

■ AGÊNCIA DESTACOU O BANCO COMO IMPORTANTE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM MODELO DE NEGÓCIOS SÓLIDO E EM EXPANSÃO

A Fitch Ratings, uma das três maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo, afirmou a nota do Banese em ‘AA+(bra)’, com perspectiva estável, para o Rating Nacional de Longo Prazo, e em ‘F1+(bra)’, para o Rating Nacional de Curto Prazo. As notas foram divulgadas na última terça-feira, 12/05.

Entre os fatores que levaram a Fitch a afirmar as notas do Banco estão: os níveis recordes de rentabilidade da Instituição alcançados nos dois últimos anos, que levaram à melhora da métrica de resultado operacional, refletindo tanto o crescimento das operações realizadas pelo Banese, quanto a entrada em novas linhas, como crédito consignado federal e antecipação de recebíveis de fornecedores do estado de Sergipe; custo de captação competitivo e

ganhos de eficiência na redução de despesas operacionais; e boa liquidez, com indicador de créditos/depósitos.

Ainda de acordo com a publicação feita pela agência, o Banese apresenta modelo de negócios estável e em expansão, e tem exibido indicadores econômico-financeiros cada vez mais fortes nos últimos anos. O Banco, segundo a Fitch Ratings, apresenta adequado provisionamento da carteira de crédito e do mix de empréstimos, tendo expandido significativamente a presença no segmento empresarial ao longo do ano de 2025, embora o foco continue sendo o varejo. “Para os próximos anos, a Fitch espera que o banco mantenha a rentabilidade nos patamares atuais”, afirmou a agência.

A nota 'AA+(bra)' – Estável, reflete, ainda, o entendimento da Fitch de que o banco realiza, para além das operações comer-



■ Fitch: Banese realiza, para além das operações comerciais, papel de missão pública na região

ciais, papel de missão pública na região, realizando operações de crédito que visam promover o desenvolvimento e o crescimento da economia local. Além disso, o Banco possui elevada integração operacional com o Estado.

“Os ratings do Banese refle-

tem o entendimento da Fitch de que o banco receberia suporte de seu acionista controlador, o estado de Sergipe, caso necessário. A Fitch considera o Banese estrategicamente importante, por atuar como o principal agente financeiro do governo local e deter significativa participação

➔ **FITCH CONSIDERA O BANESE ESTRATEGICAMENTE IMPORTANTE, POR ATUAR COMO O PRINCIPAL AGENTE FINANCEIRO DO GOVERNO LOCAL E DETER SIGNIFICATIVA PARTICIPAÇÃO DE MERCADO EM CRÉDITOS E DEPÓSITOS NO ESTADO**

de mercado em créditos e depósitos no estado”, assegurou o texto.

Sobre a Fitch e o sistema de avaliação - Fundada em Nova Iorque, nos Estados Unidos, a Fitch Ratings é uma das três maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo, e tem como objetivo fornecer informações para o mer-

cado financeiro, por meio das avaliações e notas atribuídas. Investidores de todo o planeta usam as avaliações da agência para orientar as escolhas realizadas, trazendo mais segurança na compra de ativos que não perderão o valor, e, com isso, preservando os investimentos.

O sistema de avaliação internacional da Fitch atribui notas na forma de letras e possui uma escala nacional aplicada no Brasil, que vai de “AAA” (melhor nota) a “C” (pior nota). “AA”, nota atribuída ao Banese, denota uma expectativa muito baixa de risco de inadimplência, capacidade muito elevada de pagamento de compromissos financeiros, a qual não é significativamente vulnerável a eventos previsíveis.



PONTOS DE CARREGAMENTO

Veículos elétricos: deputado pede regulamentação de PL

O crescimento acelerado da frota de veículos elétricos e híbridos em Sergipe tem ampliado o debate sobre infraestrutura urbana, sustentabilidade e adaptação das cidades para a nova realidade da mobilidade. Diante desse cenário, o deputado estadual Paulo Júnior voltou a defender a necessidade de avanço na discussão e votação do Projeto de Lei nº 316/2025, que regulamenta a instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos em condomínios residenciais e comerciais no estado.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Sergipe registrou crescimento de 221,7% na frota de veículos eletrificados em apenas dois anos, alcançando 4.836 unidades em fevereiro de 2026. Aracaju concentra mais de 78% dessa frota, demonstrando uma transformação acelerada no perfil da mobilidade urbana sergipana.

Para Paulo Júnior, o avanço da eletromobilidade exige planejamento, modernização da infraestrutura e segurança jurídica para moradores, síndicos e condomínios.

“O crescimento dos veículos elétricos é uma realidade que já chegou a Sergipe. Precisamos preparar nossas cidades, ampliar a infraestrutura de carregamento e garantir que os condomínios tenham respaldo legal para realizar essas instalações de forma organizada e segura”, destacou o parlamentar.

O Projeto de Lei nº 316/2025, de autoria do deputado, busca regulamentar e assegurar o direito à instalação de pontos de recarga em condomínios, acompanhando uma tendência nacional impulsionada pela expansão da frota eletrificada. A proposta também busca evitar conflitos internos entre moradores e administrações condominiais, estabelecendo critérios para adequação dos espaços.

Entre os impactos positivos da expansão dos veículos elétricos e híbridos, o parlamentar destaca a redução da emissão de gases poluentes, a diminuição da dependência de combustíveis fósseis, a melhoria da qualidade do ar e o incentivo à inovação tecnológica.

“O mundo inteiro discute sustentabilidade e energias limpas. Sergipe não pode ficar para trás. Precisamos criar um ambiente favorável para essa transformação, com infraestrutura, incentivos e planejamento urbano”, afirmou



SERGIPE REGISTROU CRESCIMENTO DE 221,7% NA FROTA DE VEÍCULOS ELETRIFICADOS EM APENAS DOIS ANOS, ALCANÇANDO 4.836 UNIDADES EM FEVEREIRO DE 2026

1º QUADRIMESTRE

Governo repassou mais de R\$ 647 mi para os municípios

O Governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), repassou mais de R\$647 milhões aos 75 municípios sergipanos no primeiro quadrimestre de 2026. O valor é resultado da arrecadação de impostos estaduais e representa um crescimento de 3,81% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram transferidos R\$623,2 milhões.

Para o cálculo do total distribuído, são consideradas as receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O ICMS correspondeu à maior parcela dos recursos, com

R\$521,3 milhões repassados, um aumento de 2,93% em comparação ao primeiro quadrimestre de 2025. Pela legislação, 25% da arrecadação desse imposto pertence aos municípios.

Já em relação ao IPVA, o montante transferido foi de R\$125,7 milhões, um crescimento de 7,65% em relação ao mesmo período do ano passado, em que foram repassados R\$116,7 milhões. Neste caso, metade do valor arrecadado é destinada aos municípios onde os veículos são licenciados.

• **Dados por município**

Entre os municípios que mais receberam recursos oriundos dos

impostos estaduais, destacam-se Aracaju (R\$ 184.316.411,21), Nossa Senhora do Socorro (R\$ 37.695.901,64), Canindé de São Francisco (R\$ 36.901.117,27), Barra dos Coqueiros (R\$ 30.136.385,60) e Laranjeiras (R\$ 27.348.224,78).

Por outro lado, os menores repasses foram registrados para Santana do São Francisco (R\$ 1.559.457,84), Telha (R\$ 1.568.736,77), General Maynard (R\$1.599.420,67), Santa Rosa de Lima (R\$1.607.198,74) e Pedrinhas (R\$1.659.469,75).

A distribuição dos recursos leva em consideração critérios como o nível de atividade econômica de cada município, incluindo o

volume de transações comerciais, indicadores sociais, como educação e saúde, e a quantidade de veículos registrados nas cidades.

Para a secretária de Estado da Fazenda, Sarah Tarsila, os resultados demonstram a importância do fortalecimento da economia e da arrecadação para os municípios sergipanos. “Os repasses refletem o compromisso do Estado com o equilíbrio fiscal e com a parceria junto aos municípios. Esses recursos são essenciais para apoiar investimentos, fortalecer os serviços públicos e contribuir para o desenvolvimento das cidades em todas as regiões de Sergipe”, destacou.

SANTA ISABEL

Reserva biológica será transformada em Parque Nacional

Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça um Projeto de Lei relatado pelo senador Laércio Oliveira (PP-SE) que recategoriza a Reserva Biológica de Santa Isabel, no litoral norte de Sergipe, transformando-a em Parque Nacional. A mudança busca conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável da região, especialmente por meio do fortalecimento do turismo. O projeto é de autoria do senador Alessandro Vieira e segue para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Atualmente, a Reserva Biológica é a categoria mais restritiva prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o que impede inclusive a visitação pública. No relatório, Laércio

Oliveira destaca que essa limitação dificulta o aproveitamento do potencial turístico da região e o engajamento da sociedade na proteção ambiental.

“A proposta permite que as pessoas conheçam e valorizem nossas riquezas naturais, sem abrir mão da proteção integral do meio ambiente. Quem conhece, protege”, defende o senador no relatório.

Turismo como aliado da conservação - A transformação da unidade em Parque Nacional permitirá a visitação pública de forma controlada e sustentável, sempre subordinada ao Plano de Manejo da área. O documento prevê regras rígidas para proteger os ecossistemas sensíveis, especialmente os locais e períodos de desova e eco-

lógico. Oliveira destaca que essa limitação dificulta o aproveitamento do potencial turístico da região e o engajamento da sociedade na proteção ambiental.

Segundo o relatório, o turismo bem regulado pode gerar renda, empregos e investimentos que retornam diretamente para ações de conservação ambiental, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e proteção da biodiversidade.

Além da recategorização, o parecer propõe ajustes nos limites da unidade de conservação para evitar conflitos com áreas já ocupadas por populações consolidadas e regiões destinadas a projetos de infraestrutura turística. Também está prevista a criação da zona de amortecimento, instrumento fundamental para reduzir impactos externos sobre o futuro parque.

Essas medidas, de acordo com Laércio Oliveira, trazem mais segurança jurídica, fortalecem a gestão ambiental e evitam sobreposições que poderiam comprometer tanto a preservação quanto o desenvolvimento regional.

• **Litoral norte**

O relatório destaca que o Governo de Sergipe e o município de Pacatuba vêm somando esforços para ampliar o turismo no litoral norte, com projetos e investimentos voltados à geração de emprego, renda e desenvolvimento local. A criação do Parque Nacional de Santa Isabel surge, portanto, como um marco estratégico para ordenar esse crescimento de forma sustentável.

REGULAMENTAÇÃO

CMA aprova videomonitoramento na rede municipal de ensino

A Câmara Municipal de Aracaju aprovou, durante a 37ª Sessão Ordinária realizada na terça-feira, 12/04, Projeto de Lei, de autoria da vereadora Professora Sonia Meire, que regulamenta o uso de dispositivos de videomonitoramento, incluindo câmeras com tecnologia de reconhecimento facial, na rede municipal de ensino de Aracaju.

A proposta tem como principal objetivo garantir a segurança no ambiente escolar sem desrespeitar os direitos de estudantes, professores, pais e demais

membros da comunidade escolar, seguindo as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A lei proíbe expressamente a instalação de câmeras em espaços de privacidade, como banheiros, vestiários e locais destinados à troca de roupas ou higiene pessoal de crianças e adolescentes. Caso existam equipamentos instalados nesses ambientes, eles deverão ser removidos.

O texto também estabelece limites para o uso do reconhecimento

facial nas escolas. A tecnologia só poderá ser utilizada em áreas de entrada e saída das unidades de ensino, sendo proibida em salas de aula e demais espaços onde acontecem atividades pedagógicas. Além disso, as escolas deverão informar de forma clara à comunidade escolar sobre: a finalidade do sistema; os locais monitorados; como funciona a tecnologia; o prazo de armazenamento das imagens; quem é responsável pelos dados e quais canais podem ser usados para solicitar informações ou exercer

direitos relacionados à proteção de dados.

Outro ponto importante é que estudantes e responsáveis poderão recusar o uso do reconhecimento facial sem sofrer qualquer prejuízo nas atividades escolares ou no acesso aos serviços educacionais. A lei determina também que os dados coletados serão de uso exclusivo da Secretaria Municipal da Educação, proibindo o compartilhamento com outros órgãos públicos ou empresas privadas.

AVISO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

ONDE LÊ-SE PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 12/2026

PASSA-SE A LER PREGÃO ELETRÔNICO SRP 07/206 -FMAS

O Município de Riachão do Dantas/SE, em atendimento às disposições legais e à Resolução nº 257/2010, do Tribunal de Contas do Estado - TCE, torna público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir: OBJETO: Registro de preços visando futuras contratações de empresas para fornecimento parcelado de lanches, refrigerantes e refeições, conforme especificações constantes neste termo de referência. O certame será realizado através do site www.licitanet.com.br, ENVIO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h:00 (oito horas) do dia 13/05/2026 (treze de Maio de dois mil e vinte e seis); ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00 (nove horas) do dia 26/05/2026 (vinte e seis de Maio de dois mil e vinte e seis); TIPO: Menor preço por item BASE LEGAL: Lei 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores. Decreto Municipal nº 126/2024. O Edital, e informações complementares, encontram-se à disposição dos interessados na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, situada na Avenida Manoel Machado Aragão, nº 130 Rodovia Riachão/Lagarto – CEP 49.320-000, Riachão do Dantas/SE, de segunda-feira à sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08h às 13h, ou através do site: <http://www.riachaododantas.se.gov.br> ou www.licitanet.com.br, Riachão do Dantas/SE, 12 de Maio de 2026. PAULA BRUNELLY SOUZA CRUZ Pregoeira Oficial

Gasolina e Diesel

Governo federal cria subsídio para segurar preço dos combustíveis

FOI ANUNCIADO QUE, NO CASO DA GASOLINA, O GOVERNO PRETENDE SUBSIDIAR DE R\$ 0,40 A R\$ 0,45 POR LITRO NO MOMENTO

Agência Brasil

O governo federal anunciou na última quarta-feira, 13/05, uma nova medida para tentar conter a alta dos combustíveis no país. A principal ação será a criação de uma subvenção, espécie de subsídio pago pela União, para reduzir o impacto do aumento da gasolina e do diesel sobre consumidores e empresas. A medida será implementada por meio de uma medida provisória (MP) a ser editada presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o governo, a ajuda poderá chegar a até R\$ 0,89 por litro de gasolina e R\$ 0,35 por litro de diesel. No entanto, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, anunciou que, no caso da gasolina, o governo pretende subsidiar de R\$ 0,40 a R\$ 0,45 por litro no momento.

No caso do diesel, a subvenção de R\$ 0,35 entrará em vigor em junho, quando acabará a

redução a zero dos tributos federais.

Como funciona

Na prática, o governo vai devolver às refinarias e aos importadores parte dos tributos federais cobrados sobre os combustíveis, como Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

O pagamento será feito por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), diretamente às empresas produtoras e importadoras.

A ideia é impedir que toda a alta internacional do petróleo seja repassada aos postos e, consequentemente, aos consumidores.

O ministro Moretti comparou a medida a um sistema de “cashback” tributário.

“Quando a empresa paga esse valor de tributo, a gente devolve esse tributo como uma subvenção. Essa devolução é uma



DIVULGAÇÃO

De acordo com o Ministério da Fazenda, cada R\$ 0,10 de subsídio na gasolina terá custo mensal estimado em R\$ 272 milhões para os cofres públicos.

espécie de cashback capaz de absorver eventuais choques de preço dos combustíveis”, afirmou.

Alta do petróleo

O governo atribui a pressão sobre os preços à disparada da cotação internacional do petróleo, agravada pela guerra no Oriente Médio.

Antes do conflito, o barril do

tipo Brent era negociado abaixo de US\$ 70. Agora, a cotação já supera os US\$ 100 no mercado internacional.

A preocupação aumentou após a Petrobras indicar que poderá reajustar o preço da gasolina nos próximos dias.

Impacto fiscal

De acordo com o Ministério da Fazenda, cada R\$ 0,10 de sub-



MEDIDA SERÁ IMPLEMENTADA POR MEIO DE UMA MEDIDA PROVISÓRIA QUE SERÁ EDITADA PELO PRESIDENTE LULA

sídio na gasolina terá custo mensal estimado em R\$ 272 milhões para os cofres públicos.

No diesel, o gasto será de aproximadamente R\$ 492 milhões por mês para cada R\$ 0,10 de subvenção.

Com o subsídio estimado em R\$ 0,40 para a gasolina, explicou Moretti, o custo para o governo federal ficará em R\$ 1,2 bilhão por mês. No caso do diesel, a nova subvenção custará R\$ 1,7 bilhão mensais. Depois de dois meses, o governo avaliará a necessidade de prorrogação da medida.

Mesmo assim, o governo afirma que a medida terá neutralidade fiscal, sem impacto sobre

os cofres federais.

O secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron, disse que o aumento das receitas obtidas com royalties, divididos e participações do setor petrolífero compensará os gastos.

“É impossível neutralizar 100%, mas é possível atuar de forma rápida e mitigar os efeitos da guerra para a população”, declarou Ceron.

Prazo da medida

O subsídio terá validade inicial de dois meses, com possibilidade de prorrogação caso a crise internacional continue pressionando os preços.

Segundo o governo, as empresas que receberem o benefício terão de cumprir regras para garantir que a redução seja repassada ao consumidor final.

O desconto também deverá aparecer nas notas fiscais.



HOMENS E MULHERES

Supremo valida lei que garante igualdade salarial

Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nessa quinta-feira, 14/05, validar a lei que garantiu igualdade salarial entre homens e mulheres. Por unanimidade, a Corte reconheceu a constitucionalidade da Lei 14.611 de 2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para obrigar as empresas a garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função.

A norma alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para definir que as empresas deverão pagar multa de dez vezes o valor do salário em caso de discriminação salarial por motivo de gênero.

Além disso, a lei determina a divulgação semestral de relatórios de transparência salarial por empresas com mais de 100 empregados.

Os ministros julgaram três ações: uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC), protocolada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) para garantir a aplicação da lei, e duas ações



CORTE RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 14.611 DE 2023, SANCIONADA PELO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

diretas de inconstitucionalidade (ADI), impetradas pela Confederação Nacional de Indústria (CNI) e pelo Partido Novo contra a norma.

Votos

O placar unânime de 10 votos a 0 foi formado a partir do voto do relator, ministro Alexandre de Moraes. O relator vetou pela constitucionalidade a lei e citou a existência de diversas regras internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), que determinam a igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

O ministro também ressaltou que a Constituição brasileira determina a construção de uma

sociedade livre, justa e solidária.

"Não é possível a construção de uma sociedade livre, justa e solidária se houver discriminação de gênero entre mulheres e homens, sendo que mulheres são 51,5% da população brasileira", afirmou.

Cármem Lúcia

Única ministra da Corte, Cármem Lúcia afirmou que a lei deu efetividade jurídica ao direito constitucional à igualdade, mas ponderou que a norma ainda é insuficiente.

"O preconceito não passa. O preconceito contra a mulher continua na ordem do dia da maneira mais perversa e cruel. Falo de cátedra. Todas nós mulheres passamos de uma forma ou de outra", disse.

A ministra ainda parafraseou a escritora Carolina de Jesus e disse que "antigamente o que oprimia era a palavra calvário, agora é o salário".

"O preconceito é no olhar, em uma palavra, no riso debochado, em um tipo de desvalor para além daquele que é escancarado", completou.

Redpill

O ministro Flávio Dino disse que ainda há desafios para concretização dos direitos das mulheres, como o combate a discursos misóginos, entre os quais, cursos para "ensinar homens e serem homens" e ações do movimento redpill, que prega a crença de que mulheres manipulam e exploram os homens.

"Os desafios se expressam na epidemia de estupro e feminicídios, na existência da proliferação de discursos misóginos, que estão não só na internet, mas que estão também em exotismos, como cursos ensinando homens a serem homens, quando nós sabemos que, subliminarmente, o discurso é no sentido de que haveria aquilo que, por conta da obra cinematográfica Matrix, se convencionou chamar de movimento redpill. Então, seria a pílula da verdade, a mostrar que os homens estariam sendo escravizados pelas mulheres", comentou.

Os demais votos foram proferidos pelos ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Luiz Fux, Dias Toffoli, Gimar Mendes, Edson Fachin e Nunes Marques.

BANCO DO BRASIL

Lucro do BB tem queda de 54% no primeiro trimestre

Agência Brasil

Pressionado pelo aumento na inadimplência do crédito rural, o Banco do Brasil (BB) registrou forte queda no lucro. Segundo balanço divulgado nessa quarta-feira, 13, o lucro líquido ajustado da instituição somou R\$ 3,4 bilhões no primeiro trimestre de 2026, recuo de 54% em relação ao mesmo período do ano passado.

Além da piora nos resultados, o banco também reduziu a previsão de lucro para todo o ano de 2026.

O principal problema enfrentado pelo banco está no crédito rural. Segundo o BB, o aumento dos atrasos de pagamento entre produtores rurais elevou fortemente o custo do crédito e obrigou a instituição a reservar mais recursos para possíveis calotes.

A chamada provisão para perdas, dinheiro separado pelo banco para cobrir empréstimos com risco de calote, subiu para R\$ 16,8 bilhões em relação ao primeiro trimestre

de 2025. Em nota, o banco afirmou que o aumento das perdas esperadas reflete principalmente a elevação da inadimplência nas operações com produtores rurais.

O índice de inadimplência acima de 90 dias no agronegócio chegou a 6,22% da carteira rural, avanço de 3,5 pontos percentuais em um ano. A inadimplência geral do banco ficou em 5,05%.

O setor agropecuário enfrenta dificuldades desde a quebra da safra de soja em 2024, após a produção recorde registrada em 2023. O cenário provocou aumento de recuperações judiciais entre produtores rurais ao longo de 2024 e 2025.

Lucro menor

Diante do cenário mais difícil, o Banco do Brasil revisou para baixo sua projeção de lucro para 2026. A estimativa anterior previa resultado entre R\$ 22 bilhões e R\$ 26 bilhões. Agora, a expectativa caiu para uma faixa entre R\$ 18 bilhões e R\$ 22 bilhões.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026 - SRP
Processo nº N° 41.112/2026-1DOC

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, SONIA REGINA DE OLIVEIRA, designado pela Portaria nº 05 de 24 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento de quem possa interessar que no site <https://licitanet.com.br/>, estará recebendo, por meio eletrônico, as propostas relativas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 038/2026**, que tem por **OBJETO: A presente contratação tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual e progressiva contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, com fornecimento, instalação, operação assistida, suporte técnico, garantia integral e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e softwares, incluindo todos os itens descritos neste Termo de Referência, A execução da solução ocorrerá de forma modular, escalonada e sob demanda da Administração, conforme necessidade operacional, disponibilidade orçamentária e priorização técnica definida pelo Município, incluindo todos os itens descritos no Anexo II Termo de Referência e demais exigências contidas no Edital e seus anexos.**

DATA DE ABERTURA E DA SESSÃO ELETRÔNICA: 01/06/2026 às 9:00 horas (horário de Brasília).

PARECER JURÍDICO: nº nº 251 de 11 de maio de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Aracaju para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no(a) respectivo(a) Contrato ou instrumento equivalente.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, à Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, à Lei Municipal nº 4.565, de 1º de agosto de 2014, à Lei Complementar Municipal nº 119, de 06 de fevereiro de 2013, bem como ao Decreto Municipal nº 7.178, de 12 e junho de 2023, e à Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SE/PLG nº 002/2023, e suas correspondentes alterações. O certame estará aberto aos licitantes, sendo que os interessados poderão examinar ou obter o Edital nos sites: <https://licitanet.com.br/> / www.aracaju.se.gov.br e <https://pnpcp.gov.br/app/editais>. Maiores informações poderão ser obtidas por meio do telefone: (79) 4009-7837 ou na Central de Compras e Licitações, situada à Rua Frei Luiz Canolo de Noronha, nº 42 – Ponto Novo, CEP. 49.097-270, nesta Capital.

Aracaju-SE, 14 de maio de 2026

Documento assinado digitalmente
SONIA REGINA DE OLIVEIRA
Data: 14/05/2026 09:38:51-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>
SONIA REGINA DE OLIVEIRA
Procurador

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 SEMED

O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, em atendimento às disposições legais, tornam público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir: **OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de solução tecnológica educacional com inteligência artificial, na modalidade Software as a Service (SaaS), consistente em plataforma digital gamificada para a Rede Pública Municipal de Ensino de São Cristóvão/SE, destinada a estudantes, voltada à avaliação cognitiva, suporte ao processo ensino aprendizagem, triagem e identificação precoce de dislexia e outros transtornos/ dificuldades de aprendizagem, e apoio à identificação de barreiras de aprendizagem e de estudantes público da educação especial, incluindo implantação/configuração, capacitação de usuários, suporte técnico contínuo, manutenção corretiva e evolutiva e atualizações de versão, com Acordo de Nível de Serviço (SLA).

MODALIDADE: Pregão na forma eletrônica.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

ABERTURA DA SESSÃO (ANÁLISE DAS PROPOSTAS, INÍCIO DA DISPUTA): 02/06/2026, às 09:30h (horário de Brasília) – no site www.licitanet.com.br.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, à Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, bem como ao Decreto Municipal nº 377, de 16 de junho de 2023, e à Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SE GOV nº 002/2024, e suas correspondentes alterações.

PARECER JURÍDICO: 513/2026.

INFORMAÇÕES: O Edital e informações complementares encontram-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Município de São Cristóvão no endereço <https://compras.saocristovao.se.gov.br/portal/default.aspx>, no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP no endereço www.gov.br/pnpcp/pt-br, na sala da Diretoria de Licitações e Contratos Centralizados, situada no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, Largo São Francisco, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08h00min às 14h00min, através do e-mail: licitacao@saocristovao.se.gov.br / licitacaosce@gmail.com / www.licitanet.com.br, ou através do telefone (79) 9.9657 2784 ou (79) 3045 4930.

São Cristóvão/SE, 14 de maio de 2026.

Thais Rocha Passos de Souza
Pregoeira SC

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO
REPUBLICAÇÃO 01
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026-SEMAZ/PMSC

O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, em atendimento às disposições legais, tornam público, para conhecimento de todos, a realização de licitação, na modalidade acima especificada, e mediante informações a seguir: **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de desenvolvimento, implantação e integração de sistema de informações geográficas (sig) web e mobile para uso pelos servidores municipais e cidadãos, com cessão de licença de uso por prazo determinado, hospedagem de dados em datacenter profissionalizado, suporte técnico e treinamentos, voltados à gestão do cadastro técnico multifinalitário do município de São Cristóvão – SE.

MODALIDADE: Pregão na forma eletrônica.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote.

MODO DE DISPUTA: Aberto

ABERTURA DA SESSÃO (ANÁLISE DAS PROPOSTAS, INÍCIO DA DISPUTA): 03/06/2026, às 09:30h(horário de Brasília) – no site www.licitanet.com.br.

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, à Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, bem como ao Decreto Municipal nº 377, de 16 de junho de 2023, e à Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEGOV nº 002/2024, e suas correspondentes alterações.

PARECER JURÍDICO: 482/2026.

INFORMAÇÕES: O Edital e informações complementares encontram-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Município de São Cristóvão no endereço <https://compras.saocristovao.se.gov.br/portal/default.aspx>, no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP no endereço www.gov.br/pnpcp/pt-br, na sala da Diretoria de Licitações e Contratos Centralizados, situada no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, Largo São Francisco, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08h00min às 14h00min, através do e-mail: licitacao@saocristovao.se.gov.br / licitacaosce@gmail.com / www.licitanet.com.br, ou através do telefone (79) 9.9657-2784 ou (79) 3045-4930.

São Cristóvão/SE, de 14 de maio de 2026.

Carivaldo dos Santos Júnior - Pregoeiro - SC

Economia

Comércio varejista: Sergipe registra alta de 2,1% no volume de vendas

■ AUMENTO, SEGUNDO LEVANTAMENTO DO IBGE, CORRESPONDE AO MÊS DE MARÇO DE 2026, EM COMPARAÇÃO COM FEVEREIRO ÚLTIMO

O Estado de Sergipe registrou alta de 2,1% no volume de vendas do comércio varejista no mês de março em relação ao mês de fevereiro, resultado que o posiciona como o 8º estado brasileiro no ranking das maiores variações. As informações são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última quarta-feira, 13, e analisada pela Secretaria Especial de Planejamento, Orçamento e Inovação (Seplan), por meio do Observatório de Sergipe.

Os resultados da pesquisa ainda apresentaram novos resultados referentes ao desempenho de Sergipe no setor. No acumulado do ano, o estado teve uma expansão de 4,3%, já nos últimos 12 meses, o cresci-



NO ACUMULADO DO ANO, O ESTADO TEVE UMA EXPANSÃO DE 4,3%, JÁ NOS ÚLTIMOS 12 MESES, O CRESCIMENTO FOI DE 2,8%

mento foi de 2,8%. Na receita nominal do varejo, o estado alcançou uma variação positiva de 4,0% no mês de março em comparação a fevereiro. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 8,8%.

A gerente de Estudos Socioeconômicos do Observatório de Sergipe, Michele Doria, explica o cenário. “Os dados mostram um desempenho positivo do comércio varejista em Sergipe, com



REINALDO MOURA

■ Dados mostram um desempenho positivo do comércio varejista em Sergipe

crescimento tanto na comparação mensal quanto em relação ao mesmo período do ano passado. Esse resultado reforça a recuperação gradual do setor, com avanço no acumu-

lado do ano e sinais de maior dinamismo do consumo”, destaca.

O cenário nacional do indicador em março, na série com ajuste sazonal, registrou um

aumento de 0,5% na taxa média nacional. As maiores altas foram registradas no Maranhão, Amazonas e Piauí. Para o acumulado de 12 meses, o país cresceu 1,8%, impulsionado pela

alta em 23 unidades federativas, incluindo Sergipe (2,8%).

• Varejo ampliado

Na categoria de varejo ampliado, que inclui as atividades de veículos e material de construção, Sergipe registrou, em comparação com o mês de fevereiro, um leve aumento de 0,6% no volume de vendas. Comparativamente a março de 2025, esse dado registrou um crescimento de 7,8%.

A receita nominal do varejo ampliado, por sua vez, apresentou um avanço de 2,1% em março. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o aumento foi de 10%, enquanto o acumulado do ano subiu 4,9% e, nos últimos 12 meses, 4,3%.



TAXA DE LIXO

MPC pede ao TCE que cobre medidas efetivas aos municípios

O Ministério Público de Contas de Sergipe (MPC-SE) apresentou parecer ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE) cobrando medidas efetivas contra os municípios sergipanos que descumprem, há mais de quatro anos, a obrigação legal de instituir taxa ou tarifa pelo serviço de coleta de resíduos sólidos.

A manifestação, assinada pelo procurador-geral Eduardo Santos Rolemberg Côrtes, tem por base os dados revelados por auditoria da Coordenadoria de Engenharia do TCE-SE, onde apontou que dos 75 municípios sergipanos, apenas 29 informaram dispor de legislação específica para a cobrança de taxa ou tarifa de coleta.

Ainda na auditoria, o levantamento registrou que somente oito deles – Campo do Brito, Capela, Estância, Itabaiana, Moita Bonita, Poço Verde, Ribeirópolis e São Cristóvão – apresentaram valores efetivamente arrecadados. Os demais não cobram nada dos usuários pelo serviço, onerando integralmente os cofres públicos municipais sem qualquer contrapartida.

• Legislação

A Lei Federal nº 14.026/2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico, impôs aos municípios a obrigação de instituir instrumento de cobrança pelo serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em 12 meses de sua vigência. O prazo expirou em 15 de julho de 2021. Municípios que não cumprirem essa exigência incorrem em renúncia de receita, ficando obrigados a adotar as medidas de compensação previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

No entendimento do MPC-SE, a mera existência de legislação, desacompanhada de cobrança efetiva, não satisfaz a obrigação legal. “O controle externo precisa avançar para verificar se as taxas e tarifas estão sendo efetivamente lançadas e arrecadas. Quatro anos de omissão já configuram, juridicamente, renúncia de receita – e os municípios precisam responder por isso”, sustenta o parecer.

O documento destaca ainda a conexão direta entre a sustentabilidade financeira da coleta de resíduos e o fechamento definitivo dos lixões a céu aberto – obrigação que também já tem prazos vencidos para todos os municípios sergipanos, conforme os critérios populacionais estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

“Sem receita própria para custear o serviço, os municípios ficam dependentes de recursos orçamentários escassos, o que compromete tanto a coleta regular quanto o encerramento das áreas de disposição inadequada de resíduos”, afirma o texto. A Lei nº 12.305/2010, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, fixou prazos escalonados para o encerramento dos lixões conforme o porte dos municípios.

Todos esses prazos estabelecidos já venceram – o último em 2 de agosto de 2024, para municípios com menos de 50 mil habitantes, que representam a maioria dos casos em Sergipe.

• Pedidos

Diante disso, o MPC-SE pede ao TCE-SE que as Coordenadorias de Controle e Inspeção (CCIs) verifiquem, em cada jurisdição, a existência de legislação e os valores efetivamente arrecadados a título de taxa ou tarifa de coleta de resíduos. Além disso, que a verificação da arrecadação seja incluída, obrigatoriamente, na análise das contas anuais dos municípios com legislação específica.

O MPC-SE solicita que os municípios sem legislação, ou com projetos de lei rejeitados, comprovem a adoção das medidas compensatórias exigidas pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Também que seja reenviado ofício circular – com fixação de multa – aos municípios que ainda não responderam ao TCE-SE sobre as providências adotadas.

Por fim, que o acompanhamento do fechamento dos lixões seja mantido de forma contínua no plano anual de auditoria.

‘DESENROLA’

Fies: mais de 13 mil em SE podem renegociar dívidas



PROGRAMA OFERECE CONDIÇÕES PARA QUITAÇÃO DAS DÍVIDAS, COM DESCONTOS QUE PODEM CHEGAR A 99% DO VALOR TOTAL

Mais de 13,3 mil contratos em atraso do Fies vinculados a instituições de ensino de Sergipe poderão ser renegociados por meio do programa Desenrola Fies. A iniciativa do Governo Federal oferece condições especiais para quitação das dívidas, com descontos que podem chegar a 99% do valor total. No estado, o volume que pode ser renegociado soma R\$ 935,1 milhões.

Podem aderir ao programa quem teve contrato firmado até 2017 e que estava na fase de amortização em 4 de maio de 2026. O prazo para negociação segue até

31 de dezembro de 2026.

Em todo o país, a expectativa é beneficiar mais de 1 milhão de estudantes. O Desenrola Fies integra o Novo Desenrola Brasil, pro-

grama federal voltado à reorganização financeira da população e à ampliação do acesso ao crédito, instituído por medida provisória que atualiza as regras do financiamento estudantil.

As condições variam conforme o tempo de atraso e o perfil do estudante. Para dívidas vencidas há mais de 90 dias, é possível quitar à vista com desconto total de encargos e redução de até 12% do valor principal, ou parcelar em até 150 vezes com isenção de juros e multas.

Estudantes inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) e com débitos

em atraso há mais de 360 dias poderão obter desconto de até 99% do valor consolidado para pagamento integral. Já para os demais casos com atraso superior a 360 dias, o abatimento pode chegar a 77% do total da dívida.

Quem está em dia ou com atraso de até 360 dias também pode aderir, com opção de quitação antecipada e desconto de 12% sobre o saldo devedor. O objetivo do programa é reduzir a inadimplência e permitir que os estudantes regularizem sua situação financeira e retomem o acesso ao crédito.

OBRA

Trânsito no viaduto da Francisco Porto é alterado

A Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) dará início hoje a segunda etapa das intervenções no tráfego no entorno do viaduto que liga as avenidas Francisco Porto e Gonçalo Rollemberg Leite. A medida ocorre em razão das obras de recuperação estrutural da via.

Durante a execução desta etapa, será mantido o bloqueio do retorno que dá acesso à avenida Francisco Porto por baixo do viaduto, além da inclusão do bloqueio do acesso que liga a Francisco Porto à avenida Hermes Fontes. O acesso à rua Teixeira de Freitas por meio da avenida Francisco Porto também estará bloqueado. Por outro lado, o acesso da avenida Hermes Fontes para a Francisco Porto, anteriormente interditado, será liberado para a circulação de veículos.

Com as mudanças, os condu-

tores que trafegam pela avenida Francisco Porto e desejam acessar a avenida Hermes Fontes deverão convergir à direita pela rua Américo Curvelo, depois à esquerda na rua Germiniano Maia, seguindo até a Hermes Fontes. Como alternativa, também será possível convergir à direita nas ruas Américo Curvelo, Romeu Santos, avenida Pedro Paes Azevedo, avenida Lourival Chagas e, então, chegar à Hermes Fontes.

Já os motoristas que precisam realizar o retorno para a avenida Francisco Porto deverão utilizar o seguinte trajeto: convergir à direita nas ruas Américo Curvelo, rua Romeu Santos, avenida Pedro Paes Azevedo, convergir à direita na rua Terêncio Sampaio, rua Urquiza Leal, retornando à Francisco Porto.

As alterações fazem parte do planejamento operacional para garantir a segurança viária nas

imediações do viaduto e possibilitar o andamento das obras. Durante todo o período, o local estará sinalizado para orientar os condutores e organizar o fluxo de veículos, reduzindo possíveis impactos na mobilidade urbana.

De acordo com o diretor de Planejamento e Sistemas da SMTT, Flávio Novais, as intervenções são indispensáveis para garantir a continuidade das obras de recuperação da estrutura e preservar a segurança dos condutores que utilizam o viaduto diariamente. “Com o início da segunda etapa, será necessário implementar novos ajustes na circulação da área para viabilizar o avanço dos serviços com segurança. Sabemos que há impactos momentâneos, mas são medidas essenciais para a execução da obra, e contamos com a compreensão e a colaboração dos condutores”, afirmou.

• Obra

A obra de recuperação do viaduto no cruzamento das avenidas Francisco Porto e Hermes Fontes, orçada em R\$1.709.038,95 milhões e tem como objetivo principal a recuperação estrutural e a revitalização estética da infraestrutura. A partir de 18 de março, terá início a instalação dessas peças, com interdições progressivas nas alças do viaduto, começando pela que fica em frente ao Colégio José Carlos Silva. A etapa final será a pintura da estrutura, para proteção e melhoria estética. As demais interdições ocorrerão de forma progressiva, conforme o avanço do cronograma de execução.

Posteriormente, será realizada a pintura da estrutura, etapa final voltada à proteção superficial e à revitalização estética do viaduto, contribuindo para a melhoria da paisagem urbana e para o aumento da vida útil da infraestrutura.

SERVIÇOS LABORATORIAIS

Lacen/SE obtém nota máxima em avaliação nacional

O Laboratório Central de Saúde Pública de Sergipe (Lacen), alcançou nota máxima no ensaio de proficiência teórico para linfócitos T CD4/CD8 em uma avaliação externa de qualidade que integra o controle nacional dos serviços laboratoriais.

A avaliação faz parte de um processo composto por etapas teórica e prática que analisam a precisão e a qualidade dos

resultados laboratoriais. De acordo com a gerente de Sorologia e Biologia Molecular do Lacen, Gabriela Vasconcelos Brito Bezerra, o resultado é reflexo direto do trabalho cotidiano da equipe. “Essa nota máxima mostra o comprometimento dos profissionais, a qualidade na execução dos exames e o cuidado que a gente sempre tem na realização de cada diagnóstico. Essa avaliação mostra que

o Lacen está muito bem preparado para liberar resultados com confiança e qualidade para a população”, destacou.

A gerente também explicou que o ensaio de proficiência é um controle externo enviado periodicamente pelo Ministério da Saúde a todos os Laboratórios Centrais do país. “Esse controle é muito acompanhado pelo Ministério, porque os laboratórios que não

alcançam a nota ideal passam por processos de retreinamento e revalidação. Isso acontece porque estamos lidando com diagnósticos de extrema importância, como o controle do HIV, da hepatite B e da hepatite C de pacientes que são contaminados”, disse.

O exame avaliado é fundamental para o acompanhamento da evolução clínica de pacientes com HIV.



LEGADO CENTENÁRIO

O empresário Walter Franco foi homenageado durante a celebração dos 100 anos do Hospital de Cirurgia, realizada no Salles Multieventos. Representando a família fundadora, ele recebeu a Comenda Dr. Augusto Leite, honraria que reconhece personalidades e instituições pelos relevantes serviços prestados à saúde sergipana. Fundado em 1926 pelo médico Augusto Leite, o hospital é referência em assistência de média e alta complexidade em Sergipe. No registro, o ilustre homenageado ao lado da esposa, Sônia Franco. Foto: Victor Sampaia.



DESTAQUE NACIONAL

Em artigo publicado no portal nacional Gazeta do Povo, o sócio e coordenador da área bancária do Monteiro Nascimento Advogados, Glauber Paschoal, chama atenção para o uso de estruturas empresariais criadas para esconder patrimônio e dificultar o pagamento de dívidas milionárias. Segundo ele, é comum que empresas utilizem holdings, administradoras de bens e até terceiros para simular insolvência, enquanto os ativos seguem protegidos. O advogado, que atua, principalmente, na busca de soluções para recuperação de crédito, seja judicialmente ou extrajudicialmente, destaca que o uso de tecnologia tem mudado esse cenário com novas ferramentas de cruzamento de dados que permitem identificar vínculos ocultos, mapear redes societárias e localizar bens antes inacessíveis, fortalecendo provas e possibilitando medidas mais eficazes, como o bloqueio de ativos e a responsabilização de sócios. A análise reforça a atuação do escritório ao unir estratégia jurídica e inovação na recuperação de crédito.

DESTAQUE

CONECÇÃO

POR PAULA TOQUINHO
PAULA.TOQUINHO@YAHOO.COM.BR



Presente em três pontos da capital sergipana, a Damyller acaba de lançar a coleção cápsula Denim Edit, proposta que revisita o jeans em versões sofisticadas e contemporâneas. Com modelagens diferenciadas, acabamentos refinados e detalhes glam, a linha aposta em peças que transitam com elegância entre produções casuais e composições mais elaboradas. Pensada para quem busca estilo aliado à versatilidade, a coleção reforça o denim como protagonista do guarda-roupa feminino, trazendo informação de moda e personalidade em cada peça. A Denim Edit já está disponível na unidade RioMar, Centro e também na novíssima loja do Shopping Jardins, e vai conquistar fashionistas e amantes do jeans.



Em clima de expectativa para a inauguração do novo endereço de sua clínica homônima, a dermatologista Juliana Oliveira reuniu todo o corpo científico da equipe para a produção de fotos que irão compor a nova campanha de comunicação da marca, entre redes sociais e materiais publicitários. O novo espaço, assinado pela Romero Arquitetura, das irmãs Luiza Romero e Dani Romero, promete traduzir a nova fase da clínica com ambientes mais amplos, sofisticados e alinhados ao conceito de acolhimento e excelência que marcam a trajetória da dermatologista.



Esta sexta-feira, 15 de maio, é de celebração para a dermatologista Paula Barreto, que comemora aniversário cercada pelo carinho da família, amigos e pacientes. Dona de elegância, competência e simpatia, ela brinda a nova idade em grande estilo. A coluna deseja saúde, alegrias e muito sucesso!



Com anos de dedicação ao voluntariado na AMO, o fotógrafo Acrísio Siqueira foi um dos homenageados com o prêmio "Você é Capaz de Coisas Incríveis". A entrega ocorreu na tarde do último dia 13 de maio, durante o tradicional Chá da Vitória do Dia das Mães — evento dedicado às mães pacientes, cuidadoras, voluntárias e colaboradoras da instituição. Na foto, Acrísio celebra o momento ao lado da presidente da Associação de Amigos da Oncologia, Conceição Balbino, e dos Diretores José, Verônica e Telma.

Baixe o APP

TUDO AQUI. TUDO FÁCIL!

Para vender, alugar ou cadastrar seu imóvel.

VALOR

Vendas: (79) 9 9985-4222 | Aluguéis: (79) 9 9850-5222

@valorimobiliaria
www.valorimobiliaria.com.br

FORRÓ CAJU 2026

A Prefeitura de Aracaju, por meio da Secretaria Municipal da Comunicação (Secom), informa que termina nesta sexta-feira, 15, o credenciamento de veículos e profissionais de comunicação que desejam atuar na cobertura jornalística do Forró Caju 2026. O credenciamento deve ser realizado exclusivamente por meio do preenchimento de formulário online. O credenciamento é obrigatório para jornalistas, repórteres cinematográficos, fotógrafos, equipes técnicas e influenciadores digitais que pretendem atuar no evento.

ILHA DA INCLUSÃO

A Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio da Pró-Reitoria de Acessibilidade e Ações Inclusivas (PROAI), inaugurou na tarde de quinta-feira (14), a Ilha da Inclusão, novo espaço destinado ao acolhimento, suporte pedagógico e desenvolvimento de ações voltadas à acessibilidade e inclusão dentro da instituição. Localizada em frente à Praça da Democracia, no campus de São Cristóvão, a estrutura reúne salas de apoio, projetos e atendimento especializado para estudantes com deficiência. O espaço contará com quatro salas voltadas a diferentes frentes de atuação da Pró-Reitoria. Segundo a pró-reitora de Acessibilidade e Ações Inclusivas, Marília Cavalcante, a Ilha da Inclusão nasce com o objetivo de se tornar uma referência dentro da universidade, promovendo pertencimento e fortalecendo políticas de inclusão.

Agricultura Familiar

BNB aplica R\$ 46 mi em produções agroecológicas em Sergipe em 2025

■ SEGUNDO O BANCO DO NORDESTE, NO PERÍODO, FORAM 3,4 MIL CONTRATAÇÕES DESTINADAS A AGRICULTORES FAMILIARES NO ESTADO

O Banco do Nordeste (BNB) aplicou R\$ 1,6 bilhão em operações para agricultores familiares que atuam em atividades produtivas de base agroecológica, em 2025, por meio do programa de microcrédito rural (Agroamigo). O montante foi financiado com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O total de 123 mil operações beneficiou produtores nos nove estados nordestinos e em parte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Em Sergipe, foram aplicados mais de R\$ 46,7 milhões no período, em mais de 3,4 mil contratações destinadas a agricultores familiares no estado. É o caso de Luiz Carlos Ireno, atendido pela unidade do Agroamigo em Simão Dias. Há

seis anos no programa, ele e a esposa investem na plantação de milho e feijão, além da criação de bovinos em uma propriedade no povoado Matoso, localizado no município baiano de Paripiranga, a 9 km de Simão Dias. “Optamos pelo apoio do Banco do Nordeste para mudar a nossa produção. Hoje temos nove vacas e seis bezerros. Em torno de um ano e meio, os bezerros já estarão em um bom momento para serem vendidos. Entendo o trabalho do Banco como um incentivo muito importante, principalmente para a agricultura familiar e o crescimento da renda”, explica o produtor. Em dezembro de 2025, o BNB lançou a etapa estadual do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) da Agroecologia em Sergipe. A atuação da frente

de trabalho beneficia 228 produtores rurais, que atuam em 54 municípios dos territórios do Sertão do São Francisco Sergipano, Leste São Francisco e Sul Sergipano. “Investir em agroecologia é apoiar toda uma cadeia produtiva que leva comida de qualidade à mesa da população. Por meio do Prodeter, o BNB leva crédito, parceria e capacitação para dinamizar as atividades produtivas. Assim podemos estruturar melhor a produção sustentável de alimentos, que preserva os recursos naturais. É mais saúde e qualidade de vida para todos”, explica o superintendente estadual do Banco do Nordeste, César Santana. De acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2026, há cerca de 25 mil agricultores

orgânicos no Brasil. Em Sergipe, são 301 agricultores cadastrados com certificação ou declaração de cadastro de produtor orgânico. **Agroamigo Crescer** Do total de produtores agroecológicos beneficiados pelo Agroamigo em Sergipe, 98,7% utilizam a linha de crédito Agroamigo Crescer. Podem ter acesso à linha agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 50 mil, que exploram área de até quatro módulos fiscais e empregam mão de obra familiar. Os produtores precisam ter Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) válido.

ajn¹

Leia mais, entenda e opine
Acesso: www.ajn1.com.br

BRASIL SABOR 2026



SEXTA

O Brasil Sabor 2026 acontece de 14 a 17 de maio, das 17h às 22h, no Parque da Sementeira, reunindo 15 restaurantes sergipanos em uma edição especial que celebra os 20 anos do festival. Além dos pratos exclusivos, o evento terá música e proposta voltada ao encontro de famílias e amigos em torno da gastronomia. Os pratos terão preço único de R\$ 35, enquanto as sobremesas custarão R\$ 15. A edição sergipana conta com patrocínio do Banco do Nordeste, Guaraná Antarctica, Governo de Sergipe e Prefeitura de Aracaju.

SÁBADO

O Brasil Sabor 2026 segue movimentando o Parque da Sementeira neste fim de semana, reunindo público, música e gastronomia em uma edição que celebra os 20 anos do festival. Com pratos a R\$ 35 e sobremesas a R\$ 15, o evento vem registrando boa circulação de famílias, grupos de amigos e apreciadores da gastronomia sergipana, que encontram no espaço uma vitrine de sabores e experiências criadas especialmente para a ocasião. Ao todo, 15 restaurantes participam desta edição, que acontece diariamente das 17h às 22h. A edição sergipana conta com patrocínio do Banco do Nordeste, Guaraná Antarctica, Governo de Sergipe e Prefeitura de Aracaju

DOMINGO

A edição 2026 do Brasil Sabor 2026 encerrou deixando saldo positivo no Parque da Sementeira. Durante quatro dias, o festival reuniu gastronomia, música e grande presença de público em uma celebração dos 20 anos do evento. Os 15 restaurantes participantes apresentaram pratos exclusivos e ajudaram a transformar a Sementeira em um dos principais pontos de encontro gastronômico da cidade ao longo do fim de semana. A edição sergipana conta com patrocínio do Banco do Nordeste, Guaraná Antarctica, Governo de Sergipe e Prefeitura de Aracaju.

POR M²

Sergipe registra aumento no custo da construção civil em abril

O custo da construção civil em Sergipe voltou a subir em abril deste ano, registrando aumento de 0,6% em relação a março. Na comparação com abril do ano passado, a alta chega a 7,1%. No acumulado de 2026, o setor já registra crescimento de 3,0% no estado. Conforme a análise do

Observatório da Indústria do Sistema FIES, com base nos dados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAP), em termos absolutos, Sergipe apresentou o segundo menor custo médio do país por metro quadrado, com R\$ 1.724,27, ficando atrás apenas de Pernambuco (R\$ 1.722,48) e à fren-

te do Espírito Santo (R\$ 1.761,23). Os maiores valores foram registrados no Acre (R\$ 2.278,52), Santa Catarina (R\$ 2.192,82) e Rio de Janeiro (R\$ 2.149,86). A composição do custo mostra predominância dos materiais, que representam 58,6% do total, equivalente a R\$ 1.010,85 por metro quadrado. A mão de obra res-

ponde pelos 41,4% restantes, ou R\$ 713,42. Na variação anual, o custo com materiais subiu 5,0% em relação a abril do ano passado e 1,0% na comparação com março. Já a mão de obra apresentou alta de 10,3% no mesmo recorte anual e manteve estabilidade frente ao mês anterior.